



CAPELINHA - MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA
- MINAS GERAIS

Secretário Escolar

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024

CÓD: SL-102FV-24
7908433250210

Português

1. Compreensão de texto literário ou informativo: Procedimentos de Leitura: Localizar uma informação apresentada pelo texto e identificar seu sentido global; Saber o sentido de uma palavra ou expressão, por meio da construção de inferências, além perceber a intenção de um autor e distinguir entre um fato e uma opinião; Compreensão do texto: implicações do suporte, do gênero e/ou do enunciador. Interpretar textos que associam linguagem verbal e não verbal ou simplesmente textos não verbais. Reconhecer diversos gêneros textuais	7
2. Relação entre textos: Reconhecer posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema; Reconhecer diferentes formas de abordar uma informação ao comparar textos que tratam do mesmo tema	19
3. Coerência e coesão no processamento do texto: Reconhecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios etc.; Estabelecer relações entre elementos e partes do texto considerando: causa/consequência, mecanismos de concordância verbal e nominal repetições ou substituições que contribuem para sua continuidade. Identificar a tese do texto e estabelecer suas relações com os argumentos de sustentação. Diferenciar as partes principais e secundárias em um texto.....	19
4. Relações entre recursos expressivos e efeitos de sentido: Identificar efeitos e ironia ou humor nos textos; reconhecer efeito de sentido decorrente da escolha de palavras ou expressões, do uso de pontuação e outras notações, de recursos ortográficos e morfossintáticos	20
5. Variação linguística: Identificar marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto	20
6. Conhecimentos Linguísticos: Fonética: fonemas, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos, sílabas, tonicidade.....	21
7. Morfologia: a estrutura da palavra, formação de palavras, as classes de palavras.....	22
8. Ortografia: emprego das letras, acentuação gráfica	33
9. Pontuação: emprego dos sinais de pontuação	35
10. Sintaxe: os termos da oração, as orações no período composto.....	37
11. Concordância verbal e nominal	41
12. Regência verbal e nominal.....	42
13. Ocorrência da crase	45
14. Colocação de palavras.....	46
15. Semântica: sinonímia e antonímia, homografia, homofonia, paronímia, polissemia	47

Raciocínio Lógico

1. Noções básicas da lógica matemática: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos, problemas com tabelas e argumentação	57
2. Linguagem dos conjuntos: Notação e representação de conjuntos; Elementos de um conjunto e relação de pertinência; Igualdade de conjuntos; Relação de inclusão; Subconjuntos; Conjunto unitário; Conjunto vazio; Conjuntos das partes; Formas e representações de conjuntos; Conjunto finito e infinito; Conjunto universo; Operações com conjuntos; União	65
3. Números decimais. Valor absoluto	69
4. Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Propriedades no conjunto dos números naturais. Decomposição de um número natural em fatores primos. Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois números naturais	71
5. Verdades e Mentiras: resolução de problemas.....	77
6. Sequências (com números, com figuras, de palavras)	79
7. Análise combinatória e probabilidade	81
8. Problemas envolvendo raciocínio lógico.....	83

Conhecimentos Gerais

1. História, Geografia	91
2. Ciências de 1º grau	94
3. Assuntos ligados à atualidade nas áreas: Artísticas e Social, Econômica, Ecológicas, Esportiva, Científica, Cultura, Educação, Política, Qualidade de Vida e Lazer, Meio Ambiente, Justiça, Religiosa, Segurança Pública, Saúde, Tecnológica, Turismo do Município, do Estado, do Brasil e do Mundo	94
4. Noções de Cidadania	95
5. Símbolos nacionais, estaduais e municipais.	96

Informática

1. Sistema Operacional Microsoft Windows: Configurações básicas do Sistema Operacional (painel de controle), Organização de pastas e arquivos, Operações de manipulação de pastas e arquivos (copiar, mover, excluir e renomear).....	101
2. Editor de Textos Microsoft Word: Criação, edição, formatação e impressão, Criação e manipulação de tabelas, Inserção e formatação de gráficos e figuras.....	125
3. Planilha Eletrônica Microsoft Excel: Criação, edição, formatação e impressão, Utilização de fórmulas, Formatação condicional, Geração de gráficos.....	134
4. Internet: Conceitos e arquitetura, Utilização dos recursos WWW a partir dos Web Browsers, Internet Explorer e Netscape, Produção, manipulação e organização de mensagens eletrônicas (e-mail)	141
5. Sistemas de Informação: Características e componentes, Recursos de hardware e software, aplicações	147

Conhecimentos Específicos Secretário Escolar

1. Conceitos de arquivamento. Gestão e organização dos documentos: prazo de guarda e conservação preventiva	153
2. Administração de materiais. Planejamento e suprimento de materiais: organizações, recursos, classificação e armazenamento.....	163
3. Educação brasileira na Constituição Federal.....	184
4. LDB princípios e fins.....	187
5. Estatuto da Criança e do Adolescente	214
6. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação básica e plano municipal de Educação.....	251
7. Projeto Político e Pedagógico	269
8. Importância do papel do Secretário Escolar	272
9. Patrimônio escolar e princípio de gestão ambiental e sustentabilidade	273
10. Processo de desenvolvimento humano	278
11. Relações e práticas educativas.....	281
12. Relações interpessoais na escola	287
13. Legislação Escolar	296
14. Sistemas de Gestão Escolar.....	322

7.29) promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.30) universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

7.31) estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.32) fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas estaduais de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

7.33) promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

7.34) instituir, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, programa nacional de formação de professores e professoras e de alunos e alunas para promover e consolidar política de preservação da memória nacional;

7.35) promover a regulação da oferta da educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;

7.36) estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Estratégias:

8.1) institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;

8.2) implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.3) garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio;

8.4) expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados;

8.5) promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino;

8.6) promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

8.7) ampliar e garantir a realização, em bases permanentes, do exame nacional aplicado no exterior, destinado a certificar competências de jovens e adultos, além de coletar anualmente dados a respeito do nível de escolarização dos brasileiros residentes no exterior e de promover estudos e pesquisas a respeito dos direitos educacionais desses cidadãos, com o intuito de promover políticas públicas específicas para o segmento. (Incluído pela Lei nº 14.627, de 2023)

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

9.1) assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.2) realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

9.3) implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

9.4) criar benefício adicional no programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização;

9.5) realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;

9.6) realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;

9.7) executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;

9.8) assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16.4) ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

16.5) ampliar a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e das professoras e demais profissionais da educação básica;

16.6) fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

Meta 17: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Estratégias:

17.1) constituir, por iniciativa do Ministério da Educação, até o final do primeiro ano de vigência deste PNE, fórum permanente, com representação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;

17.2) constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

17.3) implementar, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, planos de Carreira para os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;

17.4) ampliar a assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Estratégias:

18.1) estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PNE, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;

18.2) implantar, nas redes públicas de educação básica e superior, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com

base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;

18.3) realizar, por iniciativa do Ministério da Educação, a cada 2 (dois) anos a partir do segundo ano de vigência deste PNE, prova nacional para subsidiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mediante adesão, na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica pública;

18.4) prever, nos planos de Carreira dos profissionais da educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu ;

18.5) realizar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PNE, por iniciativa do Ministério da Educação, em regime de colaboração, o censo dos (as) profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério;

18.6) considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas;

18.7) priorizar o repasse de transferências federais voluntárias, na área de educação, para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que tenham aprovado lei específica estabelecendo planos de Carreira para os (as) profissionais da educação;

18.8) estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas de ensino, em todas as instâncias da Federação, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de Carreira.

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Estratégias:

19.1) priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;

19.2) ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

19.3) incentivar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a constituírem Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, estaduais e distrital bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PNE e dos seus planos de educação;

determinante no desempenho dos professores, pois dependendo de como for a política de trabalho do coordenador o professor se sentirá apoiado, incentivado. Esse deve ser o trabalho do coordenador: incentivar, reconhecer, e elogiar os avanços e conquistas, em fim o sucesso alcançado no dia a dia da escola e consequentemente o desenvolvimento do aluno em todos os âmbitos.

Coordenar é elaborar coletivamente e acompanhar a efetivação do Projeto Político Pedagógico, orientar a comunidade escolar na construção de um processo pedagógico em uma perspectiva democrática, participando e intervindo, junto a direção, na organização do trabalho na escola no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar, cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

O coordenador pedagógico, tem que ir além do conhecimento teórico, pois para acompanhar o trabalho pedagógico e estimular os professores é necessário percepção e sensibilidade para identificar as necessidades dos alunos e professores, tendo que se manter sempre atualizado, buscando fontes de informações e refletindo sobre sua prática.

É importante lembrar que a coordenação pedagógica é exercida por um educador, e como tal deve estar no combate a tudo aquilo que desumaniza a escola: a reprodução da ideologia dominante, o autoritarismo, o conhecimento desvinculado da realidade, a evasão, a lógica classificatória e excludente, a discriminação social na e através da escola.

O coordenador, ao mesmo tempo em que acolhe e engendra, deve ser questionador, provocador, animador e disponibilizando subsídios que permitam o crescimento do grupo, tem um papel relevante na formação dos educadores, ajudando a elevar o nível de consciência: tomada de consciência.

Fusari, (2008) defende que o trabalho ativo e intencional do coordenador, sempre articulado com o projeto político pedagógico da escola, favorece ao professor a tomada de consciência sobre a sua ação e sobre o contexto em que trabalha, bem como, pode-se afirmar, que favorece o próprio repensar do coordenador sobre a sua atuação.

O professor, como também o coordenador, consciente de sua prática, das teorias que embasam e das teorias que criam e desenvolvem ao resolver problemas diários, é um profissional inserido no processo de formação contínua, em busca de mudanças e fundamentações criteriosas para a sua prática.

Função do professor

Em todas as situações de aprendizagem, a motivação do aluno sempre esbarra na motivação do professor. Mas, para motivar o aluno, há a necessidade de um senso de compromisso com a educação, por parte do professor, mais ainda, de um entusiasmo e até mesmo de uma paixão pelo seu trabalho.

O estilo motivacional do professor, promotor da autonomia de seus alunos, deve estar presente em todas as situações de ensino, como, por exemplo, nas propostas e organização de tarefas, pois, assim, possibilitam sua autodeterminação e percepção de competência. Hoje, não basta ao professor se apenas um bom docente, ele tem que ser um diagnosticador, um comunicador, um companheiro e um solucionador. O professor deve ser um aliado, um cúmplice do aluno. Sua interferência no processo de aprendizagem deve ser sutil e, estritamente, no sentido de orientar, com muita cautela e segurança. Pois, o aluno não deve ser induzido em

suas conclusões, mas orientado no sentido de viabilização de suas buscas e seleção das informações encontradas, dessa forma estará contribuindo para a construção de seus conhecimentos.

Com as mudanças que estão ocorrendo na sociedade, como a banalização da informação, a revolução digital, da nova política, da nova economia e dos desequilíbrios familiares, torna-se necessário que o professor faça dos conteúdos habituais de suas disciplinas instrumentos, que além de qualificarem para a vida, estimulem capacidade e competências, com o intuito de estimular todas as inteligências de seus alunos (ANTUNES, 2002, p.47).

O professor deve se reconstruir, criando no aluno um ser crítico, auxiliando na formação de sua personalidade. Valorizando a luta pelo seu espaço na sociedade, derrubando barreiras e vencendo obstáculos que a vida possa lhe proporcionar, deve ter um compromisso essencial com o aprendizado do aluno para que este obtenha sucesso em suas atividades. Dessa maneira, o docente precisa ter conhecimento não apenas da matéria que administra, mas, sua formação deve estar pautada em um leque de conhecimentos quer sejam eles, sociais tornando função do educador, contribuir para que seus educandos se conscientizem sobre a importância da educação em suas vidas políticos, econômicos ou culturais. (LUE-TKE, 2004, p.24)

Ao professor compete a promoção de condições que favoreçam o aprendizado do aluno, no sentido do mesmo compreender o que está sendo ministrado, quando o professor adota o método dialético, isso se torna mais fácil, e esse precisa ser a preocupação do mesmo: facilitar a aprendizagem do aluno, aguçar seu poder de argumentação, conduzir às aulas de modo questionador, onde o aluno-sujeito ativo, estará também exercendo seu papel de sujeito pensante que dá ótica construtivista, constrói seu aprendizado, através de hipóteses que vão sendo testadas, interagindo com o professor, argumentando, questionando em fim trocando idéias que produzem inferências.

O planejamento é imprescindível para o sucesso cognitivo do aluno e êxito no desenvolvimento do trabalho do professor, é como uma bússola que orienta a direção a ser seguida, pois quando o professor não planeja o aluno é o primeiro a perceber que algo ficou a desejar, por mais experiente que seja o docente, e esse é um dos fatores que contribuem para a indisciplina e o de sintresse na sala de aula.

Segundo Freire (1996; p 96):

O bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas. É importante que o planejar aconteça de forma sistemática e contextualizado com o cotidiano do aluno, fator que desperta seu interesse e participação ativa. Um planejamento contextualizado com as especificidades e vivencias do educando, o resultado será aulas dinâmicas e prazerosas, ao contrario de uma pratica em que o professor cita somente o número da página e alunos abrem seus livros é feito uma explicação superficial e dá-se por cumprido a tarefa da aula do dia, não houve conversa, dialética, interação.

Professores que inspiram: Percebem que, em ultima análise, não ira o quanto seus alunos aprenderam, mas o quanto acumularam conhecimento e habilidades que possam ser usadas por toda a vida, despertam o potencial infantil ao invés de reprimi-lo, encorajam e afirmam para a criança não aquilo que ela é, mas aquilo que ela virá a ser, respeitam seus alunos, e acreditam que um relacio-

A escola deve oferecer situações que favoreçam o aprendizado, onde haja sede em aprender e também razão, entendimento da importância desse aprendizado no futuro do aluno. Se ele compreender que, muito mais importante do que possuir bens materiais, é ter uma fonte de segurança que garanta seu espaço no mercado competitivo, ele buscará conhecer e aprender sempre mais.

Há ainda, a questão de a família estar raramente na escola, não existe parceria entre a escola e família, comunidade a escola ainda tem dificuldades em promover ações que tragam a família para ser aliadas e não rivais, a família por sua vez ainda não concebeu a idéia de que precisa estar incluída no processo de ensino e aprendizagem independente de seu nível de escolaridade. De acordo com Libâneo (2005, p.116):

O grande desafio é o de incluir, nos padrões de vida digna, os milhões de indivíduos excluídos e sem condições básicas para se constituírem cidadãos participantes de uma sociedade em permanente mutação.

Políticas que fortaleçam laços entre comunidade e escola é uma medida, um caminho que necessita ser trilhado, para assim alcançar melhores resultados.

O aluno é parte da escola, é sujeito que aprende, que constrói seu saber, que direciona seu projeto de vida, assim sendo a escola lida com pessoas, valores, tradições, crenças, opções e precisa estar preparada para enfrentar tudo isso.

Informar e formar precisa estar entre os objetivos explícitos da escola desenvolver as potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, e isso por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores), fará com que se tornem cidadãos participantes na sociedade em que vivem.

Uma escola voltada para o pleno desenvolvimento do educando valoriza a transmissão de conhecimento, mas também enfatiza outros aspectos: as formas de convivência entre as pessoas, o respeito às diferenças, a cultura escolar. É importante ressaltar a importância da unidade de propostas e objetivos entre os coordenadores e o gestor, pois as duas partes falando a mesma linguagem o resultado será muito positivo que terá como fruto a elevação da qualidade de ensino.

Pois é através da escola que os alunos aprendem a participar da vida cidadã de maneira científica, cultural e política. Existe uma dupla dimensão na função socializadora da escola: vivenciar e compartilhar com outras pessoas diferentes matrizes culturais e ter acesso a um conjunto comum de saberes e formas de conhecimento. Para que os alunos se apropriem de conteúdos sociais e culturais de maneira crítica e reflexiva, a função social da escola se diferencia de outras práticas educativas desempenhadas pela família, trabalho, mídia, lazer etc., por ser intencional, deliberada, sistemática e continuada na constituição dos cidadãos.

Torna-se, dessa forma, a principal responsável pela organização, sistematização e desenvolvimento das capacidades científicas, éticas e tecnológicas de uma nação. Inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, a escola tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania, sua qualificação para o trabalho, bem como oferecer meios para progredir nele e em sua continuidade permanente. O universo escolar favorece o aprendizado, o diálogo e o entendimento do mundo, o respeito e o direito de participação da vida social.

O que mais se almeja conquistar pela função social da escola é a possibilidade de conquista sistemática de convívio ético e harmonioso. Espera-se que a escola enfoque, como sua função social, a relação do ser aos aspectos originários da sociedade, a efetivação de conceitos, procedimentos e atitudes que contribuam para um indivíduo com espírito crítico, apto a transformar a realidade.

A formação assume um papel que vai além do ensino que pretende uma mera construção de conhecimentos considerados científicos, didáticos e se transforma na possibilidade de participação, relação de convivência, cultura do contexto e de interação de cada discente com os representantes da sociedade

Enfim, a escola não pode continuar a desenvolver o papel de agência produtora de mão de obra. Seu objetivo principal deve ser formar o educando como homem humanizado e não apenas prepará-lo para o exercício de funções produtivas, para ser consumidor de produtos, logo, esvaziados, alienados, deprimidos, fetichizados.

É necessário que a práxis educativa dos educadores e educadoras supere o espírito de competitividade individualista e egoísta da sociedade capitalista. A fim de que possa se converter em instrumento de ação política e social, a favor das classes trabalhadoras.

Diante do exposto pode-se questionar: qual o perfil dos educadores e dos estudantes de educação frente à problemática educacional na sociedade capitalista?

É claro que não há um perfil determinado e nem um modelo que deva ser seguido à risca. Mas pode-se salientar que os envolvidos com a educação e que desejam ou acreditam na possível transformação social devem buscar através da dinâmica e da dialética, assumir um compromisso com o povo, abandonando a postura de neutralidade e visando a práxis transformadora. Recusar o imobilismo, não ficando somente na idéia de críticas e denúncias, mas pesquisando e apontando soluções. Encarar a educação como problematizadora, tendo a consciência de que não cabe a educação realizar a transformação estrutural da sociedade, mas que, para que ocorra essa transformação a educação tem um papel intrasferível.

Partindo do pressuposto de que a escola visa explicitamente à socialização do sujeito é necessário que se adote uma prática docente lúdica, uma vez que ela precisa estar em sintonia com o mundo, a mídia que oferece, informatização e dinamismo.

Considerando a leitura, a pesquisa e o planejamento ferramentas básicas para o desenvolvimento de um trabalho eficaz, e ainda fazendo uso do método dialético, o professor valoriza as teses dos alunos cultivando neles a autonomia e auto-estima o que consequentemente, permitirá que tenham interesse pelas aulas e o espaço escolar então deixara de ser apenas ponto de encontro para ser também lugar de crescimento intelectual e pessoal.

Para que a escola exerça sua função como local de oportunidades, interação e encontro com o outro e o saber, para que haja esse paralelo tão importante para o sucesso do aluno o bom desenvolvimento das atribuições do coordenador pedagógico tem grande relevância, pois a ele cabe organizar o tempo na escola para que os professores façam seus planejamentos e ainda, que atuar e como formador de fato, sugerindo, orientando, avaliando juntamente os pontos positivos e negativos e nunca esquecendo de reconhecer, elogiar, estimular o docente a ir em frente e querer sempre melhor, ir além.

Os coordenadores precisam assumir sua responsabilidade pela qualidade do ensino, atuando como formadores do corpo docente, promovendo momentos de trocas de experiências e reflexão sobre a prática pedagógica, o que trará bons resultados na resolução

Estão corretas

- (A) apenas I e II.
- (B) apenas I e III.
- (C) apenas III e IV.
- (D) apenas I, II e IV.
- (E) apenas II, III e IV.

9. Recentemente, estudiosos, pensadores e profissionais têm discutido princípios da ciência arquivística que, por muito tempo, foram considerados inexoráveis para o estudo e a prática dos arquivos. Sob esta perspectiva, considere as afirmativas a seguir.

I → O modelo arquivístico vigente não se encaixa aos organismos vivos que são os arquivos hoje. A problemática reside em refinar a informação baseada na proveniência geral, sem obscurecer a conexão documento- atividade.

II → O arquivista atua como mediador entre documento e usuário, devendo, para tanto, possuir formação sólida em áreas como história, idiomas e diplomática, que lhe permitam ler e compreender os documentos, dominando uma série de detalhes técnicos por meio de extensos esforços práticos.

III → Os processos de avaliação constituem um elemento vital do contexto em que os arquivos históricos são formados. Guiados pelos valores de sua sociedade, os arquivistas acham-se implicados na formação dos arquivos que sua época legará ao futuro.

Em consonância com as correntes atuais do pensamento arquivístico, está(ão) correta(s)

- (A) apenas I.
- (B) apenas II.
- (C) apenas I e III.
- (D) apenas II e III.
- (E) I, II e III.

10. As pesquisas comportamentais difundem conhecimentos sobre personalidade e atitudes positivas nos grupos. Sobre o assunto, é correto afirmar:

- (A) Traços como fluência verbal, coalisção e introversão tendem a correlacionar-se com flexibilidade, parcerias e maturidade do grupo.
- (B) Traços de dominação, convencionalismo e autoritarismo tendem a correlacionar-se com qualidade produtividade e eficácia do grupo.
- (C) Traços como sociabilidade, autoconfiança e independência tendem a estar relacionados com produtividade, moral e coesão do grupo.
- (D) Traços como autoconfiança, clareza e independência tendem a estar negativamente relacionados com produtividade, moral e participação do grupo.
- (E) Traços como autoritarismo, dominação e não convencionalismo são variáveis independentes correlacionadas com tomada de decisão, conservadorismo e poder no grupo.

11. As atitudes e a personalidade podem afetar profundamente o local de trabalho. A empatia configura-se como um componente de personalidade em que se pode afirmar como correto o seguinte significado:

- (A) Relacionar-se positivamente com outras pessoas, imitando gestos e voz.
- (B) Preservar amizades, ser aceito pelas pessoas e sentir-se bem entre as pessoas.

(C) Responder às emoções e influências diversas sem discriminações culturais ou religiosas.

(D) Manter afinidades e proximidade com colega, nutrir sentimentos em relação ao outro, fazer críticas construtivas.

(E) Colocar-se no lugar do outro, reconhecer os sentimentos do outro sem expressas palavras, mas no tom de voz, linguagem corporal e expressão facial.

12. No processo de gestão de materiais, a classificação ABC é uma ordenação dos itens consumidos em função de um valor financeiro. São considerados classe A os itens de estoque com as características de

- (A) muitos itens em estoque e baixo valor de consumo acumulado.
- (B) poucos itens em estoque e baixo valor de consumo acumulado.
- (C) muitos itens em estoque e alto valor de consumo acumulado.
- (D) poucos itens em estoque e alto valor de consumo acumulado.
- (E) número médio de itens em estoque e alto valor acumulado.

13. A classificação de materiais é o processo de aglutinação por características semelhantes, e determina grande parte do sucesso no gerenciamento de estoques. São critérios de classificação de recursos materiais, EXCETO a(o)

- (A) periculosidade.
- (B) perecibilidade.
- (C) importância operacional.
- (D) possibilidade de fazer ou comprar.
- (E) preço unitário.

14. (IFRO/ 2014) O Projeto Político pedagógico é por si a própria organização do espaço escolar. Ele organiza as atividades administrativas, pedagógicas, curriculares e os propósitos democráticos. Dizer que o Projeto Político pedagógico abrange a organização do espaço escolar significa dizer que o ambiente escolar é normatizado por ideais comuns a todos que constitui esse espaço, visto que o Projeto Político Pedagógico deve ser resultado dos atributos participativos. Dessa forma, Libâneo (2001) elenca quatro áreas de ação em que a organização do espaço escolar deve abranger.

Qual das alternativas não se refere às áreas elencadas pelo autor?

- (A) A organização da vida escolar, relacionado à organização do trabalho escolar em função de sua especificidade de seus objetivos.
- (B) Organização do processo de ensino e aprendizagem – refere-se basicamente aos aspectos de organização do trabalho do professor e dos alunos na sala de aula.
- (C) Organização das atividades de apoio técnico administrativo – tem a função de fornecer o apoio necessário ao trabalho docente.
- (D) Orientação de atividades que vinculam escola e família – refere-se às relações entre a escola e o ambiente interno: com os alunos, professores e famílias.
- (E) Organização de atividades que vinculam escola e comunidade – refere-se às relações entre a escola e o ambiente externo: com os níveis superiores da gestão de sistemas escolar, com as organizações políticas e comunitárias.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

(D) A sentença que decretar a perda ou a suspensão do poder familiar será averbada à margem do registro de nascimento dos pais ou responsável.

(E) Mesmo havendo motivo grave, autoridade judiciária, não poderá decretar a suspensão do poder familiar, até o julgamento definitivo da causa.

20. FUNDATEC - 2023

A LDB relata que o Conselho Escolar, órgão deliberativo, será composto do diretor da escola, membro nato, e de representantes das comunidades escolar e local, sendo eleitos por seus pares nas seguintes categorias, EXCETO:

- (A) Estudantes.
- (B) Pais ou responsáveis.
- (C) Conselheiro Tutelar.
- (D) Professores, orientadores educacionais, supervisores e administradores escolares.
- (E) Demais servidores públicos que exerçam atividades administrativas na escola.

21. IBGP - 2021

Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3(três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.

O trecho apresentado refere-se a uma META:

- (A) Do PNE.
- (B) Da Lei de Diretrizes e Bases.
- (C) Do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (D) Da Constituição Brasileira de 1988.

22. IBGP - 2021

O Plano Nacional de Educação (2014) ao ser construído trouxe em seu arcabouço a necessidade de cumprimento de metas.

São metas do Plano Nacional de Educação, EXCETO:

- (A) Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do PNE.
- (B) Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3o ano do ensino fundamental.
- (C) Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.
- (D) Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 7 a 15 anos e garantir que pelo menos 85% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o penúltimo ano de vigência do PNE.

23. IBGP - 2021

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”

Nesse contexto, a garantia de prioridade compreende, EXCETO:

- (A) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- (B) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- (C) Agendamento para o atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- (D) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

24. IBGP - 2021

De acordo com a Lei nº 9.394/1996, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que tange as responsabilidades da organização da educação no país, assinale F no que for de responsabilidade Federal, E do Estadual e M do Municipal.

- () Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.
- () Assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem.
- () Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência. Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.
- (A) F E M
- (B) F M E.
- (C) E F M.
- (D) M E F.

25. IBGP - 2019

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é de competência dos municípios, EXCETO:

- (A) Legislar sobre assuntos de interesse local, e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber
- (B) Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- (C) Manter, com recurso técnico e financeiro do município, programas de educação infantil e de ensino fundamental.
- (D) Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.